

Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular

Elections in the First Republic: an alternative approach about popular participation

Elecciones de la Primera República: un enfoque alternativo para la participación popular

Cláudia M.R. Viscardi¹

<https://orcid.org/0000-0002-0277-4478>

Vítor Fonseca Figueiredo²

<https://orcid.org/0000-0002-7010-0387>

RESUMO: O presente artigo analisa as eleições realizadas na Primeira República (1889-1930), mais especificamente a participação da população nos pleitos presidenciais. A abordagem adotada difere de boa parte dos estudos já produzidos sobre a história política da primeira fase do regime republicano brasileiro. Interessa-nos compreender porque os cidadãos deixavam de participar do processo de escolha dos seus representantes. Durante o período votar não era uma obrigação, mas um direito a ser exercido aos que se interessassem. Essa característica impunha uma lógica diferenciada ao campo político e, em especial às campanhas. Cabia aos candidatos atrair os seus eleitores, o que nem sempre ocorria sob coação, como parte da historiografia já afirmou. Portanto, levar os eleitores às urnas constituía um desafio. Para os fins deste artigo foram analisadas quatro eleições presidenciais em quatro unidades federadas, por meio de pesquisa realizada sobre os Diários do Congresso, a Imprensa e dados demográficos históricos do IBGE.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições. Primeira República. Abstenção.

¹ Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do CNPq. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutora pela Manchester Metropolitan University (Manchester- Reino Unido) e pela Universidade de Lisboa. É autora dos livros: “O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite” (disponível em: https://www.academia.edu/38843067/EBOOK_TEATRO_DAS_OLIGARQUIAS) e “Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro”. Curitiba: CRV, 2017. Tem experiência nas áreas de História Política e Social, com ênfase na Primeira República. E-mail: claudiaviscardi.ufjf@gmail.com

² Analista de Formação em Educação à Distância no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP/UFJF). Doutor em História pela UFJF. Autor do livro: “Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)”. Curitiba: CRV, 2017. Os seus estudos são dedicados às reflexões sobre oligarquias, eleições e representação parlamentar na Primeira República. E-mail: ffvitor@msn.com



ABSTRACT: This article analyzes the elections held in the Brazilian First Republic (1889-1930), highlighting popular participation in presidential elections. The approach differs from much of the studies already written about the political history of the Brazilian republican regime, on its first phase. We are interested in understanding why citizens no longer participate in the process of choosing their representatives. Along the period, voting was not an obligation, but a right to be exercised for those who were interested. This characteristic imposed a different logic to the political field, and especially to the political campaigns. It was up to candidates to attract their constituents, which was not always under duress, as part of historiography has already stated. So getting voters to the polls was a challenge. For the purposes of this article, four presidential elections in four federated units were analyzed through research on Congressional Diaries, the Press, and historical IBGE demographics.

KEY WORDS: Elections. First Republic. Abstention.

RESUMEN: Este artículo analiza las elecciones celebradas en la Primera República (1889-1930), específicamente la participación de la población en las elecciones presidenciales. El enfoque adoptado difiere de muchos de los estudios ya producidos sobre la historia política de la primera fase del régimen republicano brasileño. Nos interesa comprender por qué los ciudadanos no participó en el proceso de elección de sus representantes. Durante el período de votación el voto no fue una obligación, sino un derecho a ser ejercido a los interesados. Esta característica impuso una lógica diferente al campo político, y especialmente a las campañas. Dependido de los candidatos atraer a sus electores, lo que no siempre estuvo bajo coacción, como ya ha dicho parte de la historiografía. Así, atraer votantes a las urnas fue un desafío. A los fines de este artículo, se analizaron cuatro elecciones presidenciales en cuatro unidades federadas a través de investigaciones sobre diarios del Congreso, la prensa y la demografía histórica del IBGE.

PALABRAS CLAVE: Elecciones. Primera República. Abstención.

Para citar este artigo:

VISCARDI, Cláudia M. R.; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. **Locus - Revista de história**, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.12-36, 2019 E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024

*Vota!
A triste apatia enxota,
Sai desse estranho torpor,
E vai às urnas, e vota,
Que é dever de patriota
Votar, leitor, eleitor!*³

³ Poesia de Gravoche. Jornal O Paiz de 1 de março de 1898 – Rio de Janeiro, n. 4896, p.1.

A pujante historiografia brasileira tem retomado nos últimos anos a História Política da Primeira República, ao revisitar uma série de temas, a exemplo do movimento republicano e do golpe que inaugurou o novo regime; das oligarquias e de seu protagonismo nacional nas mais diferentes unidades federadas; das políticas econômicas em debate no Parlamento; da organização do estado oligárquico e de suas instituições; das disputas intra familiares e inter oligárquicas; e por fim, mas longe de ser o menos importante, inclusive por ser o objeto do presente artigo, dos estudos relativos às eleições e ao quadro partidário republicano.⁴

A releitura de fatos já bastante visitados anteriormente se justifica não só pelo aporte de novas fontes, como, sobretudo, por abordagens que evitam esquematismos, generalizações e anacronismos. Chama-nos atenção o caráter específico da historiografia da Primeira República em relação à abordagem de outros períodos republicanos. Percebe-se especialmente em relação ao período pré-1930, a existência de uma historiografia que se fundamenta em chaves explicativas construídas pelos seus críticos dos anos 30 e 40, autores de um discurso que tentava desqualificar o federalismo, com o objetivo de romper com a autonomia das unidades federadas em prol do fortalecimento do Executivo nacional.⁵

Cientes de que a História também se faz por meio das lutas discursivas e de que o processo histórico se compõe de rupturas e continuidades, a análise recente sobre a Primeira República tem se preocupado em escapar dessas chaves explicativas, procurando observar criticamente a avaliação dos contemporâneos e buscando fontes alternativas até então pouco exploradas. Este artigo é parte deste esforço, que se soma a muitos outros. Ele tem como objetivo contribuir para o debate acerca dos processos eleitorais sem se valer de alguns pressupostos que comumente fundamentam os estudos do campo, que acabam por esvaziar o seu caráter competitivo e sua importância para os contemporâneos.⁶

⁴ São muitos os autores e produções. Optamos por referenciar apenas os livros publicados nos últimos cinco anos. Além deles, há uma variedade de artigos e teses recém defendidas, que esperamos ser publicadas rapidamente. Destacamos: ARRUDA, Larissa R. V. de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas da elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2015; FIGUEIREDO, Vítor F. *Voto e competição política na Primeira república: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: CRV, 2017; VISCARDI, Cláudia M. R. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017; SILVA, Francisco B. da. *Acre, a Sibéria Tropical: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910*. Rio Branco: Neplan, 2017; TORELLI, Leandro S. *A política econômica de defesa do café: os debates parlamentares (1898-1920)*. São Paulo: Chiado, 2019; BRITTO, Jonas. *Um As na mesa do jogo: a Bahia na História Política da I República (1920-1926)*. Salvador: UFBA, 2019; GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. *Atmosfera de Plomo: las declaraciones de estado de sitio em la Primera República Brasileña*. Valência: Tirant lo Blanch, 2019, entre outros.

⁵ GOMES, Ângela de C. Primeira Republica no Brasil. Uma História da Historiografia. In: MOURÃO, Alda e GOMES, Ângela de C. (coord.) *Experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. VISCARDI, Cláudia M.R. *Unidos perderemos...* op. cit. Apresentação.

⁶ Alguns estudos já realizados nos servirão de alicerce. Entre eles destacamos: MAGALHÃES, Maria Carmem C. O mecanismo das “comissões verificadoras” de poderes: estabilidade e dominação política, 1894-1930. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1986.. FIGUEIREDO, Vítor, op. Cit. RICCI, P. e ZULINE, Jaqueline. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. *Revista Dados*, v. 57, n. 2, 2014. RICCI, Paolo e ZULINE, Jaqueline. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*. v. 21, n. 45, p.91-105, 2013;

Para os fins específicos do presente trabalho, pretendemos abordar a temática da participação eleitoral, tendo por eixo básico de análise o fenômeno da abstenção. Nosso argumento principal é que o maior desafio das elites políticas era o de levar os eleitores às urnas e não garantir o seu voto, como usualmente se supõe. Toda a literatura acerca do coronelismo tem reforçado a crença de que os chefes políticos locais se empenhavam em controlar o voto do eleitor, direcionando-o à determinadas candidaturas, que uma vez eleitas, lhes retornariam favores anteriormente pactuados.⁷ Tal controle se daria por meio da gestão dos processos de alistamento, eleição, apuração e redação das atas eleitorais, processos que ocorriam nos municípios, sob sua administração. Fora do âmbito municipal, caberia às elites políticas de estratos mais altos, cuidar da regulação do processo, instituindo leis que afastassem o povo dos processos decisórios.

Sem contestar a vigência de tais práticas por parte das elites locais, propomos que dada a naturalização delas – tidas como garantidas e corriqueiras – o maior desafio das lideranças era evitar o não comparecimento dos eleitores, sem o que, o controle do voto não ocorreria. Antes de garantir o resultado por meio da fraude era necessário levar o eleitor às urnas, tarefa mais difícil do que se imaginava até então.

Para a comprovação de nosso argumento nos valem de três grupos de fontes primárias. O primeiro deles foi constituído de dados estatísticos históricos sob a guarda do IBGE. Por meio das análises dos censos demográficos e, principalmente, dos censos eleitorais, almejamos ponderar o comparecimento dos eleitores nos processos eleitorais majoritários. O segundo conjunto de fontes foi composto pela imprensa, consultada ao longo dos mesmos processos eleitorais. Tal fonte nos foi útil na análise não só do cotidiano das eleições, mas nos propiciou acesso ao papel desempenhado pelas elites políticas durante os períodos eleitorais. Por fim, nos valem de um terceiro conjunto de fontes, constituído pelos Diários do Congresso Nacional. Tais publicações, sob a guarda do Parlamento, sintetizam os debates ocorridos na Câmara. Por meio deles tivemos acesso aos resultados oficiais e a todo o processo de depuração final das candidaturas pelas comissões de inquérito, processo este conhecido como o de verificação de poderes.

Dado o grande volume de fontes e o amplo leque de desafios, optamos por analisar somente as eleições presidenciais. Como é sabido, as eleições diretas ocorriam em todos os níveis, a partir da

VISCARDI, Cláudia. M. R. Voto, representação política e soberania popular na república brasileira. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. 41, p. 14-39, 2015. VISCARDI, Cláudia, M. R.; FREITAS, Lívia. Votos, partidos e eleições na Primeira República A dinâmica política a partir das charges de “O Malho”. *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 177, p.1-31, 2018.

⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 6ed, São Paulo: Alfa-Ômega, 1993. QUEIROZ, Maria Isaura P. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: I.E.B., 1969. CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: Uma Crítica. *Cadernos do DCP*, Belo Horizonte: n.5, 1979. PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943): a Bahia na primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. MARTINS FILHO, Amílcar. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a primeira república: uma crítica a Paul Cammack. *Revista Dados*, Rio de Janeiro: 27 (2): 175-97, 1984. CARVALHO, José M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Revista Dados*, v. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997.

Constituição de 1891. A opção por analisar as disputas majoritárias se justifica por alguns critérios. Elas mobilizavam fortemente o país como um todo, atraindo a atenção de vários setores sociais em várias regiões. Por meio delas, os chefes locais reforçavam o seu compromisso coronelista com as lideranças estaduais e nacionais. Portanto, por elas termos acesso ao quadro nacional como um todo.

Com vistas ainda à redução da escala de análise, escolhemos quatro processos eleitorais em meio a um conjunto de 12. Serão analisados os processos de 1898, que elegeu Campos Sales, o de 1906, que elegeu Afonso Pena, o de 1910, que elegeu Hermes da Fonseca e o de 1922, que elegeu Arthur Bernardes. Cabe aqui uma justificativa mais fundamentada. Das quatro eleições, duas delas foram bem disputadas, a de 1910 (Hermes x Rui) e a de 1922 (Bernardes x Nilo). As duas outras não, embora Sales contasse com Lauro Sodré como seu opositor e Pena tivesse tido que enfrentar uma acirrada disputa prévia pela sua indicação. Temos ciência de que o ideal era fazer a análise sobre todos os 12 processos, mas a apresentação dos resultados extrapolaria em muito os limites de um artigo. Ao mesmo tempo, acreditamos que a análise aprofundada desses quatro processos, dada a sua diversidade, nos daria as respostas às perguntas que nos propúnhamos responder.

Uma terceira escolha teve que ser feita e que também merece ser justificada para o leitor. Trata-se do recorte espacial. Na ausência de condições de analisar todas as unidades federadas, optamos por acompanhar os quatro processos citados em quatro lugares, a saber: Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Essas quatro unidades eram importantes na definição de candidaturas, eram densamente povoadas, economicamente dinâmicas e algumas divididas internamente e outras não. Em conjunto, compõem uma amostra que de certa maneira espelha o que ocorria em nível nacional. Tal escolha nos levou a analisar a imprensa dessas regiões em específico. Embora o ideal fosse analisar a imprensa de forma geral, pelas razões anteriormente citadas, acreditamos que a escolha dessas quatro unidades atenderia de forma suficiente às nossas expectativas.

Um quarto recorte também se fez necessário. Tendo em vista os desafios propostos, acreditávamos que a leitura dos jornais no dia da eleição, no dia anterior a ela e no dia seguinte nos daria uma visão de conjunto mais que necessária para a fundamentação de nossos argumentos. Como as eleições ocorriam no dia 1 de março, analisamos os jornais do dia 28 de fevereiro, do próprio dia 1 e depois do dia 2. Cabe ressaltar que os jornais escolhidos foram aqueles que possuíam a maior tiragem. Foram eles: O Paiz do Rio de Janeiro, O Pharol de Juiz de Fora, A Federação de Porto Alegre e o Diário de Pernambuco de Recife.

O processo eleitoral

A ideia recorrente sobre os pleitos realizados durante a Primeira República está muito associada a esquemas explicativos consolidados no imaginário político brasileiro. Não é incomum que esta associação se assemelhe à famosa charge de Alfredo Storni, publicada na revista *Careta* em 1927, que apresenta um político conduzindo um eleitor caracterizado como um burro e amarrado por um cabresto, para depositar o seu voto na urna. Embora simples, o efeito desta charge foi considerável. A sua representação ajudou, juntamente com muitas outras interpretações, a consolidar a noção de que o voto no Brasil não era livre e muito menos expressão de um regime democrático. A coerção ao eleitorado e, em momento posterior do processo, a fraude, seriam os dínamos de uma história política em que o voto não teria grande valor. Afinal, o resultado das urnas seria fruto de manipulações diversas e não da vontade dos cidadãos.



Figura 1: Charge da Revista *Careta* sobre as eleições na Primeira República⁸.

Longe de negar a existência de manipulação e de fraudes – que efetivamente ocorreram nos processos eleitorais realizados até 1930 e foram alvo de investigação por comissões parlamentares responsáveis pela verificação da idoneidade dos pleitos - que raramente são lembradas pela historiografia –, podemos utilizar a mesma charge para propor uma releitura sobre o voto durante a Primeira República. O desenho, efetivamente indica um político conduzindo o eleitor à urna, mas essa condução seria necessária caso o cidadão comparecesse ao pleito? Não bastaria ao político, como recorrentemente identificamos nos livros de História, conceder benefícios como forma de compra de votos que deveriam ser depositados na urna em seu favor? Afinal, não era o voto controlado de perto pelos cabos eleitorais e o uso da violência tão recorrente para garanti-lo? Se aceitos estes

⁸ Fonte: STORNI, Alfredo. As próximas eleições... “de cabresto” In: Revista *Careta*, n.974, ano XX, 19 de fevereiro de 1927. P.14.

questionamentos, cabe-nos então apresentar mais uma pergunta: porque o eleitor precisava ser conduzido?

A perspectiva apontada pela imagem não é a de direcionamento do voto, embora seja algo implícito à representação e inconteste na situação analisada, mas a ideia de levar o eleitor à urna. Apenas por sua presença no pleito, seja de modo voluntário ou conduzido, é que se forjaria, conforme a figura, um tipo de soberania popular. Em um país com dimensões continentais, marcado por um conjunto populacional majoritariamente residente no campo, e detentor de precárias vias de acesso para o interior, o voto não seria algo tão fácil de se obter e nem de se coagir.

As dificuldades com relação à obtenção de votos pelos candidatos começavam pelos critérios definidos pela Constituição de 1891 para se instituir um eleitor. Pela legislação, tinham direito a voto todos os cidadãos maiores de 21 anos que não fossem analfabetos, mendigos, soldados de baixa patente, os chamados praças de pré, e os religiosos que de algum modo tinham feito juramento que os impedisse de exercer a sua liberdade individual, como os monges.

As eleições realizadas durante a Primeira República eram caracterizadas por um mercado político limitado, tanto para os candidatos quanto para os eleitores. Além disso, em boa medida, as eleições eram uma responsabilidade dos cidadãos, e não do poder público. Isso fica evidente quando se identifica, por exemplo, que os locais de votação podiam ser residências privadas; que a comissão de alistamento, em certo período, era responsabilidade dos maiores contribuintes do município; que o voto poderia ser a “descoberto”, ou seja, a pedido do eleitor a mesa eleitoral poderia assinar uma cédula idêntica à depositada em escrutínio; que a cédula a ser inserida na urna poderia ser adquirida em papelarias ou recortada de jornais que as divulgavam em prol de algum dos candidatos, e era também lacrada por um invólucro, tal como um envelope; que o eleitor poderia votar em qualquer pessoa, inclusive nele próprio, sem que isso fosse causa de nulidade de seu sufrágio; e o candidato poderia se lançar na disputa sem filiação a partidos. Tais características, fundamentadas ideologicamente em um discurso liberal de autonomia individual em relação aos eventuais arbítrios do Estado, proporcionavam ampla liberdade a candidatos e a eleitores, assim como certa desorganização e margem para muitas reclamações.

Processos eleitorais com as características relatadas eram propícios às fraudes, mas é importante ponderar que se elas aconteciam era porque os pleitos não estavam decididos previamente. Burlar eleições é um forte indicativo de que os candidatos não estavam seguros com relação aos resultados, o que impelia a eles e a seus correligionários a tentativa de inflacionar, de algum modo, a quantidade de sufrágios. Portanto, a tradicional noção de que o voto era controlado precisa ser tomada com cuidado. O controle dos chefes locais sobre o eleitorado não era irrestrito, e a fraude, o voto em branco e a

elevada abstenção nos pleitos provam isso. Em contraponto, denunciar fraudes também era um modo dos concorrentes tentarem se sobrepor aos rivais. Por esta perspectiva, o jogo eleitoral pode ser compreendido como uma disputa que envolvia tanto a capacidade de angariar eleitores quanto a de denunciar os adversários, contestando resultados.

Até 1930, três códigos eleitorais regeram as eleições federais, e, embora tenham sido aperfeiçoados conforme a experiência do seu precedente, as idiossincrasias do sistema permaneceram e contribuíram para a insatisfação com o regime republicano exasperadas em manifestações que explodiram na década de 1920⁹. Em muitos aspectos, o que se pode identificar é que esses códigos foram alterados com o objetivo de tornar os pleitos mais idôneos. Isso foi obtido pela gradual inserção do poder judiciário nas várias fases do processo. Assim, embora a Justiça Eleitoral só tenha sido instituída em 1932, os magistrados foram paulatinamente associados aos processos de escolha dos representantes da nação, tanto no que se refere à atuação nos trabalhos dos pleitos como também na aplicação de punições previstas para cada tipo de delito eleitoral. Portanto, apesar da existência de brechas às fraudes, o que se identifica é que os legisladores procuraram coibir os ilícitos sem necessariamente transformar as eleições em tarefa exclusiva do Estado.

Para além de suas particularidades, é preciso destacar que as eleições até 1930 eram organizadas em pelo menos quatro grandes etapas: o alistamento dos votantes, a eleição, a apuração dos votos e a verificação de poderes. Por meio desse processo consecutivo, no qual a metáfora da filtragem de candidaturas é autoexplicativa, eram escolhidos pelos eleitores os ocupantes de 10.277 cargos públicos.¹⁰ Tratava-se de um processo extremamente complexo, que embora restritivo, como é próprio dos regimes oligárquicos, não estava isento de contestações, instabilidades e disputas.

O processo eleitoral de 1898: o dissenso consensual

Conforme o anunciado, passemos agora à análise dos processos eleitorais, começando com o de 1898. O Brasil havia escolhido pelo voto direto no quadriênio anterior (1894-1898), Prudente de Moraes

⁹ BRASIL. Lei 35, de 26 de janeiro de 1892. Estabelece o processo para as eleições federais. Coleção de Leis do Brasil - 1892, p.14, v.1 pt.I (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-35-26-janeiro-1892-541218-publicacaooriginal-44167-pl.html>. Acesso em 22 nov. 2019.; BRASIL. Lei 1.269, de 15 de novembro de 1904. Reforma a legislação eleitoral, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 18 nov. 1904. Seção 1. p.5446. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1269-15-novembro-1904-584304-publicacaooriginal-107057-pl.html>. Acesso em 22 nov. 2019.; BRASIL. Lei 3.208, de 27 de dezembro de 1916. Regula o processo eleitoral e da outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 29 dez. 1916. Seção 1. p.14687. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3208-27-dezembro-1916-572611-republicacao-98433-pl.html>. Acesso em 22 nov. 2019.

¹⁰ Os eleitores votavam em 63 senadores, 212 deputados federais, 144 senadores estaduais, 612 deputados estaduais e 9.246 vereadores. Disponível em “Representação Política” in: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/representacao-politica.html>

para a sucessão de Floriano Peixoto. É sabido que o governo de Prudente havia sido caracterizado por uma série de dissidências internas, que se refletiram na divisão do Parlamento entre dois grupos políticos rivais, os aliados ao Presidente da República, os “prudentistas”, e os aliados ao Florianismo, os “concentrados” ou “Gliceristas”, na medida em que eram liderados por Francisco Glicério. Embora o atentado contra a vida de Prudente tivesse arrefecido a força do grupo de oposição, os florianistas ainda demonstraram força ao lançar Lauro Sodré como candidato concorrente a Campos Sales nas eleições de 1898. O resultado bem sabemos: Sales venceu as eleições por grande margem, obtendo 416.723 votos, contra 38.883 de seu principal oponente.¹¹

O terceiro nome mais votado foi o de Júlio de Castilhos. Cabe destacar que o número de votos recebidos por Campos Sales extrapolava em muito a votação do candidato eleito anteriormente, Prudente de Moraes, que obteve quase 34% de votos a menos, o que de certa forma, conferia maior legitimidade ao novo Presidente eleito. Na Tabela 1 constam os resultados eleitorais por unidade federada.

Tabela 1 - Resultados da eleição presidencial de 1898 por estado

ESTADO	C. SALES	L. SODRÉ	J.CASTILHOS
Alagoas	12.680	194	0
Amazonas	2.020	23	0
Bahia	98.063	3.071	169
Ceará	28.290	10	0
Distrito Federal	6.043	370	120
Espírito Santo	9.037	2.015	0
Goiás	7.916	2.292	0
Maranhão	17.618	2.710	0
Mato Grosso	5.516	0	0
Minas Gerais	50.510	1.355	110
Pará	14.350	10.018	0
Paraíba	19.359	0	0
Paraná	4.419	5.281	0
Pernambuco	30.123	934	0
Piauí	17.992	0	0
Rio de Janeiro	29.331	118	95
Rio Grande do Norte	4.168	7.927	0

¹¹ PORTO, Walter Costa. *Eleições presidenciais no Brasil: Primeira República*. Brasília: Senado Federal, 2019, p.115.

Rio Grande do Sul	2.865	31	0
Santa Catarina	364	0	23
São Paulo	50.588	2.484	70
Sergipe	5.471	50	0
TOTAL	416.723	38.883	587

FONTE: Diários do Congresso Nacional.

O primeiro dado que salta aos olhos é a votação do terceiro colocado, Júlio de Castilhos, que mesmo tendo renunciado à sua candidatura, obteve 587 votos, embora em seu próprio estado de origem, o Rio Grande do Sul, não tenha recebido nenhum voto. As unidades federadas onde foi mais votado foram pela ordem: Bahia, Distrito Federal, Minas e Rio de Janeiro. Entre as 21 delas apenas seis lhe dirigiram votos, embora em pouco número. Na imprensa obtivemos a explicação para este fato. Os clubes castilhistas recomendaram a votação no candidato ou a abstenção, mesmo após a sua renúncia, sob forma de desagravo.¹² Percebe-se dessa forma que a prática da abstenção era muitas vezes recomendada como uma estratégia de discordância, oposição ou contestação do processo eleitoral, o que se repetirá em outros processos eleitorais, como veremos.

Por sua vez, o candidato oficial de oposição, Lauro Sodré, não foi votado em quatro estados (Mato Grosso, Paraíba, Piauí e Santa Catarina), o que se explica pelo controle do voto exercido pelos chefes locais dessas unidades, que impedia qualquer dissidência. No Pará, seu estado de origem, ele foi bem votado, mas não majoritariamente. E no Paraná e no Rio Grande do Norte foi mais votado que Campos Sales.

O jornal *O Paiz*, publicado na véspera do pleito, afirmou que estavam alistados na cidade do Rio de Janeiro 45.473 eleitores.¹³ Se somarmos a votação dos três primeiros colocados no Distrito Federal, o número chega a 6.533 votos, o que resulta em uma abstenção de mais de 85% de eleitores na capital da República. Este dado chama atenção para o argumento que nos propomos a defender: a ideia de que era muito difícil levar o eleitor às urnas. Se no centro político do país o comparecimento era pífio, nos rincões do interior a situação deveria ser ainda mais grave.

Em artigo¹⁴ onde defendia o voto na situação para a presidência da República e na oposição para a vice-presidência – situação possível de ocorrer em razão da legislação eleitoral em vigor –, Lopes Trovão destacava as dificuldades a envolverem o pleito, já que o país havia permanecido em estado de sítio de novembro a fevereiro últimos, em razão do citado atentado contra a vida de Prudente. O sítio impedia o usufruto de uma série de direitos civis e políticos, o que provavelmente afastou os eleitores

¹² “Eleição presidencial” e “Manifesto do Clube Republicano Benjamin Constant” (assinado por Saint-Clair, Vice-Presidente), jornal *O Paiz* de 27 de fevereiro de 1898, n. 4894. p.1 e 5.

¹³ Jornal *O Paiz* de 27 de fevereiro de 1898. n. 4894, “Eleição Presidencial”, p.1.

¹⁴ Jornal *O Paiz* de 28 de fevereiro de 1898, n. 4895, “Carta de Lopes Trovão”, p.1

da política das ruas. A censura rígida aos jornais vinha sendo objeto de insatisfação dos editores e colaboradores, que reconheciam o efeito desmobilizador do sítio sobre o processo eleitoral em curso, suspenso apenas há uma semana antes da eleição.

No dia da eleição, o Jornal *O Paiz*, já prevendo o baixo comparecimento dos eleitores, embora se manifestasse neutro em relação à disputa, acusava o situacionismo prudentista de ter tolhido a oposição, transformando a candidatura oficial de Campos Sales em vitoriosa, sem necessidade de disputas. Segundo o diário, “*Não há estímulo ao sufrágio por não haver partido a derrotar*”. Não obstante, o Jornal incentivava os eleitores a comparecerem ao pleito e se comprometia a divulgar os resultados obtidos pelo eleito em todo o país.¹⁵

No dia seguinte¹⁶, cumprindo a promessa, divulgou resultados e ressaltou altos níveis de abstenção em algumas capitais, como o Rio de Janeiro, que o jornal fala em 90% de ausências, bem como o pouco comparecimento em Aracaju, no Pará e em outras localidades. Afirma também o Jornal carioca que mesmo quando o eleitor saía de casa para votar era impedido pela falta de mesas eleitorais. Conforme o antes exposto, as eleições ocorriam de forma muito improvisada, na medida em que mesários faltavam e seções permaneciam fechadas ou eram deslocadas para outro lugar sem aviso prévio.

Episódios de violência também foram relatados. Este era um problema que afastava ainda mais o eleitor das urnas. E eram recorrentes, apesar da repressão policial. Há casos em que os mesários eram coagidos por capangas, o que os afastava de seus postos. Eleitores protestavam, reagindo também com violência.¹⁷ Relatos de ameaças dos “mandões” da política também foram publicados nos jornais da capital pernambucana¹⁸. Relatando que o tempo dos coronéis já havia passado, usavam o jornal para nomear os ameaçadores e para reiterar a necessidade de ida às urnas, como forma de enfrentamento e afirmação de autonomia. Acusando os jacobinos remanescentes de “revolucionários do 5 de novembro”, data do atentado, recomendavam o voto em Campos Sales, pela legalidade. A tabela anteriormente apresentada demonstra a fragilidade do candidato florianista diante dos situacionistas. Cabe lembrar que Rosa e Silva, candidato à vice-presidência na chapa de Sales, era pernambucano.

Dos 777.633 eleitores alistados, segundo dados do IBGE, cerca de 462.143 compareceram, o que resulta em uma abstenção superior a 40% (40,58 %).¹⁹ Em uma eleição em que se defrontavam dois grupos, que antes dividiam o Parlamento e as ruas, o envolvimento dos cidadãos foi pequeno. Resta claro que a chapa liderada por Sodré representava um grupo político já em declínio, sobretudo após o fracassado atentado. E que eleições com voto facultativo, mesmo nas democracias de massa, enfrentam

¹⁵ Jornal *O Paiz*, 1 de março de 1898, n. 4896, “A Eleição Presidencial”, p.1.

¹⁶ Jornal *O Paiz* de 2 de março de 1898, n. 4897, “Relação de notícias esparsas por estado” e “Eleição Presidencial”, p.1.

¹⁷ *O Paiz* de 2 de março de 1898, n. 4897, “Relação de notícias esparsas por estado e Eleição Presidencial”, p.1.

¹⁸ Diário de Pernambuco de 27 de fevereiro de 1898, n. 0045, “Ao Eleitorado do Segundo Distrito de Boa Vista”, p. 2.

¹⁹ Dados obtidos no IBGE e em PORTO, Walter Costa. *Eleições presidenciais...* op.cit. p.115 e 116.

dificuldades de levar o eleitor às urnas. Ademais, como se tratava de uma segunda experiência dos brasileiros em eleições diretas majoritárias, o hábito de sair para votar e escolher o seu presidente ainda não se integrava de maneira consolidada à cultura política nacional. Por fim, embora fossem duas candidaturas em disputa, o acordo da maior parte das oligarquias em torno do nome de Campos Sales tornava a eleição pouco competitiva, subtraindo do eleitor seu interesse. Tratava-se, pois, de uma eleição, que embora revelasse alguma dose de dissenso, mostrou-se mais consensual do que se imaginava.

1906: Um pleito sem disputas

Passemos agora para a análise de um outro processo eleitoral, o de 1906. A eleição de Afonso Pena em 1906 foi uma das menos disputadas do período²⁰ e até por esta razão torna-se conveniente identificar os níveis de adesão ou abstenção de sua candidatura. Toda a disputa havia ocorrido antes da eleição, ou seja, no período da escolha prévia de um nome do campo situacionista. Tão logo sua candidatura foi aceita por quatro das principais oligarquias do período, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro, ela foi viabilizada. A vice-presidência foi composta pelo Rio de Janeiro, por meio do nome de Nilo Peçanha. Embora tenha sido uma candidatura única, os eleitores eram livres para votar em qualquer nome, mesmo um não candidato. Por esta razão, Lauro Sodré foi um dos nomes lembrados, tendo sido o segundo mais votado, depois de Afonso Pena, como se observa na Tabela 2.

Tabela 2 - Resultados da eleição presidencial de 1906 por estado

ESTADO	A. PENA	L. SODRÉ
Alagoas	12.083	154
Amazonas	2.882	23
Bahia- Rio de Janeiro e Distrito Federal ²¹	42.708	480
Ceará	19.962	60
Espírito Santo	1.980	89
Goiás	2.000	10
Maranhão	9.576	327
Mato Grosso	2.523	13

²⁰ VISCARDI, Cláudia M.R. *Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, capítulo 2.

²¹ Os resultados que constam do Diário do Congresso vieram agregados e foram assim reproduzidos por Costa Porto.

Minas Gerais	43.679	725
Pará	22.425	4
Paraíba	7.830	279
Paraná	4.588	91
Pernambuco	20.118	1.457
Piauí	4.220	43
Rio Grande do Norte	7.003	654
Rio Grande do Sul	41.166	19
Santa Catarina	6.301	0
São Paulo	28.683	686
Sergipe	2.349	12
TOTAL	282.076	5.126

FONTE: PORTO, Walter Costa. *Eleições presidenciais...* op.cit. p.158 a 185 - adaptação²²

Com base nos dados disponíveis, algumas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar, o número de votos dados para a vice-presidência foi de apenas 178.769, número bem inferior ao obtido por Afonso Pena, o que não era muito comum e poderia expressar uma certa rejeição a seu nome. Em geral, os votos dados ao Presidente eram próximos aos conferidos ao Vice da mesma chapa, embora as votações fossem separadas. Recorremos à imprensa em busca de algumas razões para esta diferença.

Ao observarmos os dados verificamos que o desvio se encontrava nos estados de Pernambuco, que conferiu a Pena 20.118 votos e a Nilo apenas 3.020, e do Rio Grande do Sul, que conferiu a Pena 41.473 votos e a Nilo 27.622. Os demais estados apresentaram pequenas variações, todas elas pouco significativas.

Segundo pudemos acompanhar na imprensa de Recife²³, houve uma campanha por parte de alguns editores do *Diário de Pernambuco* pela abstenção ou pela não votação na chapa, exatamente em razão da escolha da vice-presidência. Segundo os pernambucanos, embora tenham participado das articulações que escolheram o mineiro para a cabeça de chapa, insistiam que o ideal era que o vice viesse do norte do país para equilibrar a distribuição federalista de poder. Rosa e Silva – que havia sido o vice na chapa de Campos Sales em 1898 – era proprietário do jornal, e com certeza a recomendação pelo esvaziamento do nome de Nilo passou por sua aprovação.

²² Para adaptação dos dados, somamos aos resultados os votos em separado obtidos pelos candidatos. PORTO, Walter Costa. *Eleições presidenciais...* op.cit. p.183 e 184.

²³ Diário de Pernambuco de 27 de fevereiro de 1906, n. 46, p.2.

Já no Rio Grande do Sul, o Jornal *A Federação* apontava para algumas divergências no seio do PRR em torno da chapa, provavelmente por interferência de seu maior líder na ocasião, Pinheiro Machado, adversário histórico de Nilo. Mas não encontramos informações adicionais que explicassem o veto.

Uma segunda observação diz respeito à votação recebida pelo candidato situacionista, que foi muito pequena, quando comparada aos votos obtidos por Campos Sales na eleição anterior, já que obteve menos de 70% dos votos conferidos ao candidato de 1898. A Tabela 3, a seguir, explicita as diferenças.

Tabela 3 – Diferença de votos entre Campos Sales e Afonso Pena na eleição presidencial de 1906 por estado

ESTADO	C. SALES	A.PENA	Diferença de votos
Alagoas	12.680	12.083	- 597
Amazonas	2.020	2.882	+ 862
Bahia- RJ – DF	133.437	42.708	- 90.729
Ceará	28.290	19.962	- 8.328
Espírito Santo	9.037	1.980	- 7.057
Goiás	7.916	2.000	- 5.916
Maranhão	17.618	9.576	- 8.042
Mato Grosso	5.516	2.523	- 2.993
Minas Gerais	50.510	43.679	- 6.831
Pará	14.350	22.425	+ 8.075
Paraíba	19.359	7.830	- 11.529
Paraná	4.419	4.588	+169
Pernambuco	30.123	20.118	- 10.005
Piauí	17.992	4.220	- 13.772
Rio Grande do Norte	4.168	7.003	+ 2.835
Rio Grande do Sul	2.865	41.166	+ 38.301
Santa Catarina	364	6.301	+ 5.937
São Paulo	50.588	28.683	- 21.905
Sergipe	5.471	2.349	- 3.122
TOTAL	416.723	282.076	- 134.647

Fonte: Adaptação dos quadros anteriores.

Entre os estados que, ao contrário da maioria, deram a Pena um maior número de votos do que a Campos Sales (em negrito) destaca-se o Rio Grande do Sul. Não dispomos dos dados isolados para a Bahia, Rio de Janeiro e Distrito Federal, mas sabemos que embora tenham participado das articulações

em defesa da candidatura de Afonso Pena contra o nome lançado pelos paulistas, o de Bernardino de Campos, eram oligarquias reconhecidamente divididas, que, em geral, incorporavam as disputas nacionais internamente. Nilo Peçanha, embora fosse um candidato majoritariamente aceito pelas elites fluminenses, longe estava de se constituir em unanimidade. Já o Rio Grande do Sul, ao lado de Minas Gerais, havia sido o principal estado fiador da candidatura do mineiro e conferiu expressiva votação a Afonso Pena, bem maior que a conferida anteriormente a Campos Sales. Entre os estados que menos contribuíram com a vitória do candidato mineiro destaca-se São Paulo. A rejeição dos paulistas ao nome de Pena relaciona-se às disputas prévias em torno da escolha da candidatura, conjuntura em que foram derrotados em sua tentativa de impor ao país o quarto presidente paulista, e ao fato de Sales ter sido um nome deles nas eleições de 1898.

No entanto, o dado que mais se destaca nas eleições de 1906 para os objetivos de nossa pesquisa é o alto nível de abstenção. Segundo dados do IBGE, em 1906 haviam 886.665 eleitores alistados por todo o país²⁴. Destes, apenas 294.189 compareceram às urnas para votar²⁵, configurando-se em uma abstenção de 66,83%, a maior das séries analisadas.

Quais fatores explicariam tão alto nível de abstenção? A consulta à imprensa nos forneceu algumas pistas.²⁶ Há quatro razões que ao nosso ver explicam os resultados. A primeira delas é que as eleições ocorreram em plena semana do carnaval. A escolha da data revela absoluta falta de planejamento e preocupação das elites dirigentes com a criação de mecanismos que incentivassem a participação cidadã dos eleitores. A segunda delas é a forte chuva que caiu em várias regiões do país, inundando ruas e dificultando a participação do eleitor. Há relatos de que muitos mesários não conseguiram chegar nos locais de votação, impedindo que as seções fossem abertas. Como o voto era facultativo, tais impedimentos não contribuíam em nada para o comparecimento às urnas. A terceira delas tem a ver com a crise econômica que se faz notar pela imprensa. Percebe-se que as preocupações estavam muito mais voltadas para a realização do Convênio de Taubaté²⁷ – que ocupou as páginas dos jornais em

²⁴ Número de eleitores calculado com base na média dos dados disponíveis para os anos de 1905 e 1907. Dados disponíveis em: BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Estatística. *Estatística eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 1914. p.42.

²⁵ PORTO, Walter C. *O Voto no Brasil*. 2ed, Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p.164-182.

²⁶ Jornal O Paiz de 28 de fevereiro de 1906, n. 7818. Jornal O Paiz de 1 de março de 1906, n. 7819, Jornal O Paiz de 2 de março de 1906, n. 7820. Diário de Pernambuco – 27 de fevereiro de 1906, n. 46 e de 1 de março de 1906, n. 0047, Jornal Diário de Pernambuco de 2 de março de 1906, n. 0048, Jornal O Pharol de 27 de fevereiro de 1906, n.51 e de 1 de março de 1906, n.52, p.1, e 2 de março de 1906, n.53; Jornal A Federação, Porto Alegre de 28 de fevereiro de 1906, n.50, 1 de março, n.51, e 2 de março de 1906, n.52.

²⁷ “A perspectiva de uma safra recorde em 1906 levou os produtores a assumirem uma posição mais efetiva, em prol de um programa interventivo. Conforme já se aventava, ao longo dos primeiros anos do novo século, o Convênio de Taubaté foi celebrado nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1906, através de uma reunião entre os chefes dos três maiores estados produtores. As regras básicas estipulavam que todas as prerrogativas relativas ao Convênio seriam de responsabilidade de uma comissão, formada por um representante de cada estado envolvido, além de um quarto nome, escolhido por eles, para presidir e

muito maior número – do que com as eleições em si. A primeira política de valorização do café mostrava-se mais importante para o país do que a eleição de um presidente que previamente já havia se comprometido com a realização do Convênio e com a criação da Caixa de Conversão²⁸. Por fim, mas não o menos importante, tratava-se de uma candidatura única. A ausência de competição é certamente um efeito desmobilizador que precisa ser levado em conta.

Tendo em vista este conjunto de razões, a chapa Pena-Nilo foi muito mal votada, mas como reunia em torno de si a quase totalidade das oligarquias estaduais, foi endossada e conseguiu fazer uma gestão conciliada entre diversos grupos de interesses. O mesmo não ocorreria com as eleições de 1910, para as quais nos voltaremos a seguir.

1910: os cidadãos vão às urnas!

Uma das eleições que mais marcou a história política brasileira foi a de 1910. Até então, os processos de escolha do chefe da nação não tinham mobilizado tanto as oligarquias e nem os eleitores nas ruas. Jornais e correligionários de ambos os lados publicaram as plataformas dos seus escolhidos, assim como numerosos pedidos de voto e denúncias contra correligionários dos adversários.

A origem da competição estava associada ao desacordo das oligarquias em torno de um nome para ocupar o Palácio do Catete. Tentativas do então Presidente Afonso Pena (1906-1909) de emplacar o seu sucessor, David Campista, foram refutadas, inclusive pelos chefes políticos de seu estado, Minas Gerais. O nome do Ministro da Fazenda de Pena agradava às lideranças de São Paulo, mas não aos políticos do Rio Grande do Sul. Tendo em vista um melhor equilíbrio de poder no conjunto federativo, o senador gaúcho Pinheiro Machado via o pleito como uma oportunidade para reforçar a presença de seu estado na federação. Para isso, indicou a candidatura de seu conterrâneo, o Marechal Hermes da Fonseca. Insatisfeitos com a escolha do presidenciável, os paulistas ensejariam a candidatura do baiano Rui Barbosa. Carismático e respeitado no país, Rui angariou apoio de dissentes em todas as oligarquias estaduais e, juntamente com o seu opositor, travaram uma “batalha” na campanha eleitoral.

desempatar a votação, caso se fizesse necessário. Ficou também definido que a execução do acordo poderia ser atribuída a alguma associação ou empresa nacional, mas a ideia predominante era que o seu controle fosse oficial. Estabelecia a fixação de um preço mínimo para a venda do produto no mercado internacional [...] Contemplou, igualmente, a criação de uma “bolsa do café”, responsável pela avaliação dos tipos produzidos, constituindo-se a mesma em importante iniciativa de afastar o controle estrangeiro sobre a classificação do produto. Previa também uma diminuição progressiva do plantio do café, principalmente os tipos inferiores, através de taxas proibitivas, além da ampliação do consumo, garantida pela propaganda externa do produto. [...] O Convênio previa também a obtenção de um empréstimo financiador do programa, na ordem de 15 milhões de libras, o qual seria negociado por São Paulo, em nome dos três estados pactuantes.” VISCARDI, Cláudia M. R. O teatro das ... op. Cit. p.141-142.

²⁸ “A entrada de volumoso capital estrangeiro no mercado [proveniente do Convênio de Taubaté] poderia causar grande elevação cambial, o que provocaria a absorção de todos os eventuais lucros derivados da valorização, pela conversão monetária. Para evitar esta eventual perda, foi criado um instituto regulador do câmbio, conhecido como “Caixa de Conversão”, para garantia da estabilidade cambial.” VISCARDI, Cláudia M. R. O teatro das ... op. Cit. p.142.

Os dias que precederam a eleição presidencial, conforme a descrição dos jornais, foram marcados pela movimentação dos correligionários dos candidatos. Tratava-se de um último esforço para obter votos em um pleito que previa-se acirrado. Na verdade, o receio não era irrelevante, várias estratégias foram acionadas, a exemplo do denunciado pelo *Diário de Pernambuco*. Conforme este periódico, circulavam boatos de que o Marechal Hermes havia sido assassinado no Rio Grande do Sul, onde excursionava em campanha.²⁹ A informação foi desmentida, mas indica o ardil dos correligionários em propagar este tipo de notícia às vésperas da eleição, uma clara tentativa de converter os indecisos ou desmobilizar um eleitorado pouco afeito às urnas. Para os civilistas era necessário retirar a vantagem do adversário, não necessariamente com a ampliação do eleitorado, mas também com a manutenção do hábito dos cidadãos de não votar.

Em Minas Gerais, *O Pharol* noticiava o receio com relação às práticas políticas que poderiam ser exercidas no dia da eleição. Havia preocupação de que elas não ocorressem ou fossem fraudadas. Por isso, o jornal dedicou parte de sua primeira página para instruir os civilistas a formalizarem o voto em cartório, caso alguma seção não funcionasse ou fosse impedida de ser instalada. Também o registro de fiscais foi incentivado e modelos de requerimento, seja para realizar o voto perante um tabelião, seja para constituir um fiscal, foram apresentados ao leitor.³⁰

O Pharol tentava persuadir o seu público leitor a comparecer às urnas para apoiar a candidatura civilista, alcunha dada à chapa de Rui. Conforme este periódico, ações da campanha Hermes eram esperadas contra os apoiadores de Rui Barbosa, inclusive perpetradas pela força policial mineira. Ainda assim, propalava a ideia de que a vitória de Rui era certa, e que apenas a fraude e a compressão perpetrada pelo candidato da situação poderiam retirar a vitória do líder baiano. Por este motivo, o jornal reforçava a necessidade de fiscalizar a eleição.³¹ É importante notar que, assim como os demais diários, *O Pharol* tentava mobilizar os votantes com a ideia de que o seu candidato seria o vitorioso. Jamais a noção de uma derrota poderia ser aventada. Para um eleitorado pouco propenso às urnas, só interessava depositar o sufrágio no vencedor.

Passadas as provocações do dia do pleito presidencial, os jornais do dia posterior estamparam em suas primeiras-páginas notícias sobre a vitória de Hermes, que recebeu 403.867 votos contra 222.822 atribuídos a Rui.³² Os dados indicam uma ampla margem do vencedor, praticamente o dobro da quantidade de votos atribuídos ao segundo colocado. À exceção dos estados da Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, Hermes venceu em todas as demais unidades federativas com vantagem

²⁹ *Diário de Pernambuco* de 27 de fevereiro de 1910, n. 46, “Boatos Falsos”, p.1.

³⁰ *O Pharol* de 27 de fevereiro de 1910, n. 48, “O pleito de 1 de março: o civilismo em Juiz de Fora”, p.1.

³¹ *O Pharol* de 1 de março de 1910, n.48, “Boletim eleitoral”, p.2.

³² PORTO, Walter Costa. *Eleições presidenciais....*op. cit. p.211.

expressiva. Os eleitores do Ceará, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Norte chegaram a conferir a ele mais de 99% de suas indicações. Também merece destaque a votação registrada no Rio Grande do Sul, a maior da nação, embora fosse o quarto estado com maior contingente populacional. Ao todo, 166.699 gaúchos foram votar. Desses, 150.326 inscreveram o nome de Hermes na cédula. A votação neste estado foi tão expressiva que, sozinha, representou 37,39% de todos os votos obtidos pelo Marechal. Se comparado com o total de votos obtidos por Rui, a votação dos gaúchos em Hermes representa 73,97% conseguidos pelo líder baiano.

Apesar de toda agitação do período de campanha, o número de sufrágios indicou que a eleição não foi tão competitiva quanto se anunciava, a chapa Hermes/Wenceslau foi a preferida pela maioria do eleitorado (66,42%). Além disso, a quantidade de votantes foi inferior a dois dos pleitos precedentes, 1902 e 1906.³³ Portanto, a eleição de 1910 mobilizou candidatos e eleitores, mas não necessariamente os fez votar. Esta situação é notória quando se analisa os dados referentes aos que deixaram de comparecer às seções eleitorais. O percentual de abstenção foi tão elevado quanto o registrado em pleitos anteriores, 42,3%. Para refletir sobre esta situação, apresentamos, na Tabela 4 os votos por estado e suas abstenções.

Tabela 4 - Abstenção na eleição presidencial de 1910 por estado

ESTADO	VOTAÇÃO		ABSTENÇÃO (%)
	HERMES	RUI	
Alagoas	12.693	191	39,5
Amazonas	3.237	108	55,3
Bahia	20.128	40.980	8,5
Ceará	23.737	35	32,5
Distrito Federal	1.460	3.066	65,6
Espírito Santo	0	0	40,9
Goiás	7.688	796	48,4
Maranhão	9.799	1.539	57,4
Mato Grosso	2.809	693	56,1
Minas Gerais	21.224	32.406	45,1
Pará	21.778	114	33,1
Paraíba	7.921	322	45,9
Paraná	11.493	6.154	51,9
Pernambuco	31.577	174	47,0
Piauí	10.062	2.193	29,3

³³ Segundo dados obtidos nos Diário do Congresso Nacional. Disponível em: <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>.

Rio de Janeiro	22.529	12.648	33,6
Rio Grande do Norte	7.666	5	42,7
Rio Grande do Sul	150.326	16.373	31,5
Santa Catarina	10.174	3.189	43,8
São Paulo	25.384	82.198	32,3
Sergipe	334	31	48,8
TOTAL	402.019	203.215	42,3

Fonte: Elaborado com base nos dados publicados em: BORGES, Vera Lúcia Bógea. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p.355 e os dados de abstenção foram obtidos em: BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Estatística. *Estatística eleitoral...* p.244.

Os dados da Tabela indicam que, de modo geral, as principais oligarquias envolvidas com a disputa presidencial (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e São Paulo) não conseguiram uma adesão maciça do seu eleitorado. Com relação aos estados do candidato da situação, o Rio Grande do Sul apresentou mais de 30% de ausência dos seus votantes, e Minas mais de 45%. Provavelmente, o fato de deterem o apoio de uma grande quantidade de estados inibiu um maior comparecimento às suas seções eleitorais. Porém, até mesmo São Paulo, que compôs a chapa de oposição, apresentou uma grande quantidade de eleitores ausentes (32,3%). O destaque ficou por conta da Bahia, que teve uma abstenção inferior a 10%, quantidade não encontrada em qualquer outra unidade federativa. Talvez pela oposição acirrada entre ruistas e seabristas – apoiadores de Hermes – tenha incentivado o comparecimento ou a fraude.

Nos estados que não estavam diretamente envolvidos com as candidaturas presidenciais, o percentual de abstenção também foi considerável, raramente inferior a 30%. É interessante notar que a capital do país foi a região em que o eleitor menos votou, 65,6%, o que aparece como uma situação usual. Este dado indica que mesmo em áreas urbanizadas, com meios de transporte mais regulares, o votante deixava de exercer o seu direito. No caso do pleito de 1910, a alta abstenção no Distrito Federal parece estar associada ao clima de temor gerado por boatos sobre um dia de eleição violento. Embora a expectativa não tenha se concretizado, muitas seções deixaram de funcionar, e, conseqüentemente, de acolher a escolha dos cidadãos.

Os jornais destacaram a tranquilidade com que ocorreu o pleito. Este fato foi uma surpresa. Na capital do país, por exemplo, a força pública estadual foi reforçada para a eleição e sua atuação ajudou a conter conflitos mais belicosos.³⁴ O *Diário de Pernambuco* seguiu a mesma linha da folha carioca, ou seja, ressaltou a tranquilidade das eleições.³⁵ A mesma notícia foi divulgada pelo *A Federação*³⁶ e, em certo

³⁴ Diário de Pernambuco de 2 de março de 1910, n.48, “Telegramas”. “Serviço especial do Diário”. “Interior”. “Providências do governo”. Rio, 1, p.1.

³⁵ Diário de Pernambuco de 2 de março de 1910. n.48, “Eleição presidencial”. p.1.

sentido, pelo *O Pharol*. Este último, como apoiador do civilismo, denunciou abusos perpetrados pela força pública estadual e um tiroteio ocorrido em um distrito de Juiz de Fora.³⁷ Nos telegramas provenientes de diversos pontos do país publicados por estes periódicos também é possível identificar que, de modo geral, não houve muitos registros de violência. Todavia, o receio proveniente de muitos boatos pré-eleitorais inviabilizou o funcionamento de seções e contribuiu para afastar o eleitorado das urnas.³⁸

1922: O avanço da experiência eleitoral

Cabe-nos agora analisar outra experiência eleitoral igualmente competitiva, a de 1922. Com a proximidade do fim do mandato do Presidente Epitácio Pessoa, iniciaram-se as discussões sobre a escolha de seu sucessor. Tradicionalmente, o ocupante do Palácio do Catete detinha o papel de organizador do processo de indicação do presidenciável. No entanto, Epitácio provinha da pequena Paraíba, estado pouco influente no conjunto republicano devido à limitada dimensão de sua economia e de sua representação federal. O próprio líder nordestino só foi alçado ao Catete em 1919 por indefinições entre os grandes estados, situação que não havia ocorrido anteriormente e jamais se repetiria. Um dos maiores patrocinadores de sua candidatura e pilar de seu governo, Minas Gerais, ao final de seu mandato, reivindicou a sucessão no cargo, a despeito da insatisfação de interesses de antigos aliados, como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. A falta de acordo destes estados com Minas na escolha do futuro chefe da nação levou à organização de uma candidatura situacionista, encabeçada por Artur Bernardes (MG) e Urbano dos Santos (MA), e de um eixo alternativo formado pelos estados dissentes e alcunhada como “Reação Republicana”. Essa levantou a candidatura do político fluminense Nilo Peçanha para Presidente e do baiano Joaquim Seabra para Vice.

Não bastasse a ausência de uma candidatura de consenso, durante o período de campanha foram publicadas na imprensa carioca supostas cartas de Bernardes para o Senador mineiro Raul Soares. O teor das correspondências era marcado por insultos aos militares, inclusive com relação a um dos seus expoentes, o ex-Presidente Hermes da Fonseca. Embora desmentidas, as missivas acirraram o processo eleitoral e colocaram os militares ao lado da candidatura de Nilo Peçanha.³⁹ O resultado das divergências foi um pleito disputado; em número de votos foi o segundo mais concorrido pelos

³⁶ A Federação de 2 de março de 1910, n.51, “A vitória”, p.1.

³⁷ O Pharol de 2 de março de 1910, n.50, “A bala”, p.1.

³⁸ O Paiz de 2 de março de 1910, n. 9279, “Eleição presidencial: a vitória dos candidatos de maio”. p.2.

³⁹ VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das ...* op. Cit. p.255-284 (capítulo 7).

eleitores, inferior apenas ao de 1930. Para melhor analisarmos a corrida eleitoral, organizamos, na Tabela 5, o resultado dela por estado.

Tabela 5 - Resultados da eleição presidencial de 1922 por estado

ESTADO	Artur Bernardes	Nilo Peçanha
Alagoas	9.769	2.943
Amazonas	1.581	3.156
Bahia	13.163	75.687
Ceará	32.270	7.147
Distrito Federal	7.921	17.858
Espírito Santo	8.886	1.850
Goiás	3.904	1.137
Maranhão	16.311	3.590
Mato Grosso	4.137	1.351
Minas Gerais	189.033	16.714
Pará	22.637	7.695
Paraíba	12.417	2.982
Paraná	13.917	5.011
Pernambuco	1.303	43.677
Piauí	6.553	1.098
Rio de Janeiro	14.121	37.170
Rio Grande do Norte	8.807	512
Rio Grande do Sul	11.667	95.302
Santa Catarina	12.099	4.328
São Paulo	93.793	8.942
Sergipe	8.160	3.611
SOMA	492.499	341.761

FONTE: Diário do Congresso Nacional de 8 de junho de 1922.

Os dados da Tabela indicam que o pleito de 1922 foi bastante disputado, inclusive em número de sufrágios. No total, foram mais de 800.000 votos depositados nas urnas para a escolha do Presidente. Destes, Bernardes ficou com 59,03% e Nilo 40,96%. O resultado indica que Minas Gerais foi o fiel da balança desta disputa, pois conferiu mais de 180.000 votos na chapa encabeçada pelo o seu então presidente estadual. Outro apoio importante foi oferecido por São Paulo, que depositou em Bernardes 91,29% de seus sufrágios. Em contraponto, a chapa adversária também contou com fortes apoiadores.

O destaque ficou para o Rio Grande do Sul, que deu 89,10% de seus votos a Nilo Peçanha, e para Pernambuco, estado que conferiu a este candidato incríveis 97,11% do conteúdo de suas urnas.

Apesar da eleição de 1922, em comparação com as demais realizadas durante a Primeira República, ter sido uma das que o eleitor mais compareceu, ela também registrou considerável abstenção (36,2%). Isso significa que as rivalidades mobilizadas pelo exército e pelas oligarquias foram importantes para ampliar a presença do eleitorado nas seções eleitorais, mas não foram suficientes para fomentar uma participação ainda mais consistente, o que pode estar associado à violência. A tensão que permeou a campanha política fomentou atos de incivildade na véspera do pleito. O jornal *O Paiz* em sua edição do dia anterior à eleição, denunciou coações perpetradas por Nilo Peçanha a votantes, além de perseguições aos correligionários de Artur Bernardes em municípios do interior fluminense.⁴⁰ Também foi noticiado que o Juiz Federal do Estado do Rio de Janeiro concedeu *habeas corpus* aos presidentes de seções e mesários, já que estavam sendo coagidos pela polícia estadual.

Diferentemente da situação fluminense, em Minas, o ambiente era mais pacífico. Poucos dias antes do pleito *O Pharol* indicava a expectativa de que Bernardes seria eleito com grande votação, mas ressaltava que isso dependeria da supressão de um conhecido problema, a abstenção. Conforme o periódico: “Não se abster de votar é a obrigação cívica mais imperiosa do cidadão no ano do centenário da independência [1922]. A abstenção voluntária é uma falta gravíssima contra o patriotismo.”⁴¹

Sobre o dia do pleito, em sua edição de 3 de março, *O Pharol* divulgou a vitória de Bernardes e ponderou sobre a tranquilidade com que as eleições ocorreram. A ordem verificada no processo eleitoral pode estar associada ao fato de praticamente não haverem divergências no estado em torno do nome do então presidente do estado para o posto de chefe da nação.⁴² Tal argumento se respalda no número de votos atribuídos a cada concorrente. Em Minas, Bernardes recebeu 91,9% de todas as cédulas depositados nas urnas, e Nilo 8,1%.

Também o *A Federação* não registrou em suas páginas perturbações no dia do pleito. O Rio Grande do Sul, embora não tenha oferecido candidato à chapa da Reação Republicana, foi o seu maior apoiador. Por este motivo, o que chamou a atenção dos gaúchos, além da derrota do candidato apoiado pela oligarquia de seu estado, foi o comparecimento dos votantes em suas seções, algo que ocorreu em volume surpreendente, dados os tradicionais níveis de abstenção. Segundo o diário, o número de eleitores alistados em Porto Alegre, em comparação com o último pleito (1921), aumentou em cerca de 4.000 cidadãos, e a abstenção reduziu, de 30,5% para 24,1%.⁴³ A derrota da Reação Republicana pareceu ser um aspecto menor na notícia dada pelo *A Federação* sobre o pleito, e o comparecimento do

⁴⁰ O Paiz de 27 e 28 de fevereiro de 1922. n. 13.644 e 13.645, “A sucessão presidencial”. p.2.

⁴¹ O Pharol de 26 de fevereiro de 1922. n.48, “As urnas!” p.1.

⁴² O Pharol de 3 de março de 1922. n.49, “A vontade nacional”, p.1.

⁴³ A Federação de 2 de março de 1922. n.51, “O pleito de ontem”, p.1.

eleitor o principal elemento a ser comemorado. É interessante notar que para o periódico era tácito o fato de cerca de um terço dos eleitores não comparecer às urnas. Porém, mais significativo é como a campanha presidencial mobilizou os gaúchos. Por estarem diretamente associados com a candidatura de Nilo Peçanha, o eleitorado do Partido Republicano em Porto Alegre cresceu 67,55% de um ano para outro.⁴⁴ Isso indica que em um sistema de voto não obrigatório o cidadão precisa ter real interesse em participar da escolha dos seus representantes, caso contrário, poucos motivos o fariam sair de casa. Pleitos sem candidatos próprios ou de estados parceiros poderiam ser pouco atraentes. Contudo, mesmo em uma eleição de interesse dos gaúchos, ficou evidente de que não havia um controle efetivo sobre os eleitores. No Rio Grande do Sul houve abstenção superior a 20% e o candidato da oposição obteve 10,9% dos votos.

Diferentemente de Minas e do Rio Grande do Sul, o dia da eleição no território fluminense não foi tão tranquilo, embora *O Paiz* tenha emitido uma curiosa informação em contrário. Na perspectiva deste diário, a tranquilidade do pleito não poderia ser comprometida apenas pelo fato de que em duas seções foram disparados tiros de revólver. E complementava que esta teria sido a eleição mais pacífica até então já realizada no Rio de Janeiro. Porém, se as balas de arma de fogo não acertaram os eleitores, a abstenção alvejou o interesse do editor do jornal e se tornou um dos focos das reflexões sobre o pleito. Conforme o diário, embora o registro de alistamento eleitoral tenha passado de 30.000 para 70.000 eleitores, próximo ao fim da apuração aguardava-se que apenas cerca de 20.000 sufrágios seriam contabilizados.⁴⁵

Os esforços dos correligionários de ambos os concorrentes à presidência para ampliar o número de votantes não resultaram em maior comparecimento às urnas, mas na dilatação do percentual de abstenção. Para *O Paiz*, as causas deste problema fugiam do controle de qualquer candidato, e eram: o mau tempo e a ressaca de carnaval.⁴⁶ Para muitos, na capital federal, assim como em outras localidades do país, mais interessava festejar na corte do Rei Momo até 28 de fevereiro do que escolher um Presidente da República em uma chuvosa quarta-feira de cinzas de primeiro de março.

Considerações finais

O fenômeno da abstenção está relacionado a muitos fatores presentes no regime oligárquico republicano, como a baixa instrução e as dificuldades impostas ao eleitor para o exercício voluntário do voto. Os altos índices de violência, os constrangimentos por parte dos mandões locais, a burocracia e

⁴⁴ A Federação de 2 de março de 1922. n.51 “O pleito de ontem”, p.1.

⁴⁵ O Paiz de 1 e 2 de março de 1922. n.13.646 e 13.647, “No Distrito Federal”. p.1.

⁴⁶ Idem.

os altos custos de deslocamento, associados a um sistema eleitoral ainda muito amador, se constituíram em elementos inibidores à participação política. Ademais, a expansão do contingente eleitoral proporcionada pelo fim do voto censitário e pela diminuição da idade mínima trouxeram para o corpo de eleitores um conjunto de pessoas não habituadas a votar, o que demandaria tempo até que se consolidasse a experiência cidadã de escolher os próprios dirigentes.

Para que um sistema de voto não obrigatório funcione é preciso que os eleitores tenham interesse pela política e adquiram a percepção de que seu voto seja capaz de alterar os resultados finais dos processos. É conveniente que as eleições sejam competitivas, para que o eleitor valorize o seu voto como um instrumento a serviço de seus interesses. A existência de diferentes programas de governo em disputa é igualmente um fator mobilizador capaz de diminuir os indicadores de abstenção.⁴⁷ Este conjunto de condicionantes em prol da ampliação da cidadania não estiveram presentes ao longo do regime oligárquico republicano, o que contribuiu para os altos índices de abstenção observados. Pelo que foi identificado, nos quatro processos eleitorais analisados tivemos significativos indicadores de abstenção, que variaram entre 66,83% (eleições de 1906) a 36,20% (eleições de 1922), percentuais muito significativos diante de um conjunto muito reduzido de eleitores, ou seja, facilmente mobilizáveis.

É possível aventar a hipótese de que não apenas aspectos socioeconômicos e educacionais tenham afastado os eleitores das urnas. A forma como as etapas do pleito eram legalmente prescritas podem ter restringido significativamente a quantidade de votantes. A primeira etapa, o alistamento eleitoral, é um exemplo. Pouco alterado pelas leis, a organização das listas de eleitores ocorria por manifestação dos interessados. De 60 a 90 dias antes do pleito, o pretense votante deveria se apresentar à comissão de alistamento munido de documentos que comprovassem a sua residência na localidade por período superior a dois meses, além de preencher e assinar um requerimento. Este simples ato prestado mediante os mesários serviria como prova de que se tratava de um sujeito alfabetizado, logo, apto a votar. Já a comprovação da idade deveria ser feita com base em algum documento, especialmente a certidão de nascimento. Todavia, deter uma certidão não era algo comum dentre os mais pobres do Brasil rural. A posse deste documento poderia significar uma melhor condição financeira e, conseqüentemente, algum grau de alfabetização. Apesar de instalada em cada região do município, não menos que quatro comissões funcionavam na tentativa de atualizar a listagem dos eleitores. Ainda assim, não era incomum que caravanas fossem organizadas para conduzir cidadãos às comissões de alistamento, o que reduziria os custos e os riscos para os candidatos de que os seus eleitores não comparecessem às urnas em data futura. Entretanto, é plausível supor que muitos não possuíam

⁴⁷ PASQUINO, Gianfranco. Abstencionismo. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, J. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1986. p.7-9.

disponibilidade para se deslocarem de distantes fazendas às comissões em dias úteis para se alistarem para pleitos, cuja participação não era obrigatória.

Em conjunto, todos estes aspectos faziam com que apenas uma pequena parcela da população se alistasse. Todavia, não era apenas nesta fase que havia dificuldades. A segunda etapa do processo, as eleições, também possuíam limitações ao voto. Não é em vão que o percentual médio de comparecimento dos eleitores às urnas para as eleições presidenciais analisadas foi pequeno.

Dessa forma, a análise de alguns processos eleitorais para a escolha do ocupante do principal cargo executivo da nação durante a Primeira República nos permitiu colocar à prova a hipótese de que o desafio dos pleitos realizados até 1930 não era fazer com que o eleitor escolhesse um determinado candidato para conferir o seu sufrágio. A dificuldade era fazer com que o cidadão efetivamente votasse.

Em cada um dos pleitos analisados, os percentuais de abstenção eram elevados e as motivações para afastar o eleitor das urnas diversos. Até mesmo eleições que se anunciavam muito disputadas, como a de 1910, não o foram quando a analisamos pelo prisma da quantidade de eleitores presentes em suas seções no dia do pleito. Votar não era uma obrigação do cidadão, logo, ameaças de violência eram o suficiente para afastar o eleitor das urnas, assim como o mau tempo ou mesmo a ressaca de carnaval.

Pensamos que o presente artigo se constitui em uma contribuição importante para a análise do problema da abstenção, mas reconhecemos a importância de que outros estudos sejam feitos, de forma a complementar os dados. Acreditamos que as eleições para o Congresso tenham sido mais competitivas do que as presidenciais, na medida em que mobilizavam mais as oligarquias em disputa, o que poderia reduzir o número de abstenções. Tal aposta soa como um convite para que novas pesquisas no campo sejam realizadas.

Recebido: 16 de setembro de 2019

Aprovado: 04 de novembro de 2019